

Inflação elevada inviabiliza o Brasil

■ Estudo da Andima revela que de 1829 a setembro de 1993 variação de preços no país alcança a marca dos nove quinquilhões

CONSUELO DIEGUEZ

Nove quinquilhões. Ou exatos, 9.018.006.445.190.841.344%. Esta cifra astronômica é a inflação acumulada no Brasil de 1829 a setembro de 1993 e espelha a face mais vergonhosa da economia nacional: a de conviver nos últimos 164 anos de sua história com uma inflação renitente, que já beirou a hiper, no final do governo Sarney — atingiu 81,32% em março de 1990 —, e fechou o mês passado em 35,28%, uma taxa que corrói o salário do trabalhador em 1,01% ao dia, penalizando com maior intensidade os mais pobres, sem mecanismos de defesa contra a alta dos preços.

Com a forte indexação, a população não chega a sentir de imediato os efeitos dessas taxas tão absurdas para qualquer país equilibrado, mas o resultado desse permanente estado inflacionário foi o forte empobrecimento do país e o brutal aumento da concentração de renda. Em 1990, de acordo com os dados do IBGE, os 10% mais ricos da população detinham 48,1% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres detinham apenas 0,8% dessa renda.

Se alguém vivesse 164 anos, e tivesse no bolso, em 1829, mil réis — equivalentes hoje a CR\$ 1,00 —, teria empobrecido substancialmente. É que os mil réis, correspondiam a US\$ 514, e o pobre CR\$ 1,00, apesar de real, não compra um centavo de dólar.

Saídas — Nos últimos cinco anos a inflação ultrapassa a média de 1.000% ao ano. Só no governo Sarney foi de 2.338.000%. As saídas encontradas pelos governos, com apoio de políticos, e muitas vezes da própria sociedade, têm sido empurrar com a barriga a solução do problema, através da adoção de planos de curta durabilidade que não atacam de frente o maior fator de inflação: o desajuste nas contas públicas.

“Até quando a sociedade vai aceitar conviver com esses índices absurdos de inflação. Quando finalmente será dado um basta a uma situação



Mailson defende revisão constitucional logo

Arquivo — 30/8/89

que está levando a maioria da população brasileira ao estado de miséria?”, questiona o economista Paulo Sampaio, superintendente-técnico da Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (Andima), e um dos coordenadores do estudo elaborado pela entidade no levantamento de séries históricas da inflação brasileira.

O estudo, identificou ainda que, além “da dívida social que inviabilizou várias gerações de brasileiros”, a inflação brasileira ajuda na desestabilização política do país.

Para os que não estão atentos à forte subida da inflação este ano — que, medida pelo IGP-DI pulou dos 23,70% em dezembro do ano passado, para 33,53% em agosto último —, um economista escaldado em descontrole inflacionário, Mailson da Nóbrega, que viveu os últimos meses de desespero do governo Sarney, alerta. “Em setembro de 1989 a inflação estava em 36%, em dezembro em 49%, em janeiro de 1990, em 71% e em março, em 81%.

Ele garante que a situação do Tesouro não estava desequilibrada, e que foi basicamente uma inflação de expectativas provocada pela proximidade das eleições presidenciais.

Agravante — Para Mailson, as condições macroeconômicas e políticas, nesse ano, são as mesmas de 1989, porém agravadas pela situação deficitária do Tesouro Nacional. Por essa razão, ele considera fundamental a revisão constitucional ocorrer a partir de outubro, de forma a se corrigir distorções que estão inviabilizando um efetivo programa de combate à inflação.

“A dívida pública, que no governo Collor, às custas do calote, caiu para 3% do PIB, já representa 10% do PIB, percentual próximo aos 15% do governo Sarney. Agora o quadro é muito semelhante. A diferença é que o ministro Fernando Henrique tem a perspectiva de o Congresso aprovar a reforma fiscal”, afirma.

Para ele, sem a revisão, que irá transferir os encargos da União para estados e municípios, o quadro econômico se deteriorará bastante.

Na véspera dos planos *

Plano	Data	Taxa (**)
Cruzado	Fev/86	11,79%
Cruzado I	Nov/86	1,38%
Bresser	Jul/87	25,87%
Verão	Jan/89	28,89%
Collor I	Mar/90	71,68%
Collor II	Fev/91	19,93%

(*) Inflação medida pelo IGP da FGV

(**) Taxa do mês imediatamente anterior à edição do plano